

**Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)**

**Ergonomia e** Acessibilidade

Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

# Ergonomia e Acessibilidade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E67 Ergonomia e acessibilidade [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-147-3

DOI 10.22533/at.ed.473191902

1. Acessibilidade. 2. Ergonomia. 3. Inclusão social. I. Lombardi, Anna Paula.

CDD 620.82

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Ergonomia e Acessibilidade” apresenta estudos de grande relevância que envolve os aspectos metodológicos para contribuir na inclusão de Pessoas com Deficiência pelo ponto de vista de autores das diferentes áreas de conhecimento, publicados pela editora Atena. O volume, exhibe 19 capítulos que tem como temática: os ambientes construídos e a importância da Ergonomia, rota acessível nas cidades, acessibilidade em equipamentos públicos, o mercado de trabalho e acessibilidade, os aspectos da ergonômica em habitações de interesse social e a avaliação ergonômica de espaços comerciais.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos para que se tornem temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DESEMPENHO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO COM TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO COM TERRA: A TAIPA DE MÃO	
Ingrid Gomes Braga Izabel Cristina Melo de Oliveira Nascimento Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A IMPORTÂNCIA DA ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS – O CASO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS	
Renata de Assunção Neves Aline da Silva Oliveira Neves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE E O USUÁRIO – O MAPA COMPORTAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE DEFINIÇÃO DE ROTA ACESSÍVEL	
Marcella Viana Portela de Oliveira Cunha Emmily Gersica Santos Gomes Júlio César Félix de Alencar Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O CEGO E A ARQUITETURA DA CIDADE	
Deborah Macêdo dos Santos Thiago Bessa Pontes Camila Bandeira Pinheiro Landim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A MOBILIDADE NO CONTEXTO DAS DINÂMICAS CIDADINAS: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA COMO FERRAMENTA DE COMPREENSÃO	
Marluce Wall de Carvalho Venancio Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DA ESCOLA ESTADUAL RIO BRANCO NA CIDADE DE PATOS-PB	
Andreza de Medeiros Batista Ane Francisca Lima de Oliveira Joyce Dantas Rodrigues Júlio César Félix de Alencar Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919026</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
O WALKTHROUGH NA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM UM CENTRO DE SAÚDE EM FLORIANÓPOLIS	
Carlos Fernando Machado Pinto Vanessa Goulart Dorneles	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919027</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E AS PERSPECTIVAS DE ACESSIBILIDADE	
Aline Vieira Borges Willians Cassiano Longen	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
ESTUDO SOBRE ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES DE TRABALHO: SALA DE DESENHO TÉCNICO DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS- UFRSA	
Wiriany Kátia Ferreira Silva Liz Gabrielle Barbosa Sousa Eduardo Raimundo Dias Nunes Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4731919029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
ANÁLISE ACÚSTICA DO AUDITÓRIO PAULO BONAVIDES NAS FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS/PB	
Emmily Gersica Santos Gomes Pedro Gomes de Lucena Marcella Viana Portela de Oliveira Cunha Anderson Ramon Lopes Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>120</b>
AVALIAÇÃO ERGONÔMICA APLICADO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Valéria Costa de Oliveira Emílio Gabriel Freire dos Santos Rafael Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>133</b>
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO TÉRMICO E DO CONFORTO AMBIENTAL EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DE INTERESSE SOCIAL	
Isabelle Mendonça de Carvalho Samuel Bertrand Melo Nazareth João Victor Ramos de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>146</b>
APLICAÇÃO DA ERGONOMIA NO ENSINO DO DESIGN: METODOLOGIA REFLEXIVA NO ESTUDO DA ANTROPOMETRIA E DO POSTO DE TRABALHO	
Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva Zilsa Maria Pinto Santiago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190213</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>157</b>
ABRIGO, CASA OU LAR? NOTAS TEÓRICAS SOBRE A AMBIÊNCIA DO HABITAR EM INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Aline Eyng Savi Marta Dischinger	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>173</b>
DIRETRIZES PARA O USO DE CORES EM UM PROJETO RESIDENCIAL DEDICADO A PACIENTES COM DOENÇA DE ALZHEIMER	
Danyel Magnus de Oliveira Diniz Marisha Mcauliffe	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>187</b>
O EFEITO DA AGRADABILIDADE: UM ESTUDO DA QUALIDADE VISUAL PERCEBIDA DE MOBILIÁRIOS URBANOS	
Leonardo Castilho Lorena Gomes Torres de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
UMA PROPOSTA DE ABRIGO DE ÔNIBUS DE NATAL-RN A PARTIR DO MÉTODO DA GRADE DE ATRIBUTOS E DO DESIGN PARTICIPATIVO	
Lorena Gomes Torres de Oliveira Olavo Fontes Magalhães Bessa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>209</b>
A ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FORTALEZA	
Thaynara Mayra Maciel Belisario Milena Scur Wagner Ana Caroline Dias Alves Patrícia Barreira Angelim Zilsa Maria Pinto Santiago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>223</b>
AVALIAÇÃO ERGONÔMICA DE ESPAÇOS COMERCIAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE CALÇADOS	
Vinicius Albuquerque Fulgêncio Ana Rosa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.47319190219</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>238</b>

## ABRIGO, CASA OU LAR? NOTAS TEÓRICAS SOBRE A AMBIÊNCIA DO HABITAR EM INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Aline Eyng Savi**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e  
Urbanismo – PósARQ  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

**Marta Dischinger**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e  
Urbanismo – PósARQ  
Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

**RESUMO:** A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da lei nº 12.010 modificaram o quadro de assistência no Brasil, criando formas de atendimento como o acolhimento institucional. O modelo não isola e salvaguarda a saúde, educação e moradia; assiste ambos os sexos entre zero e dezoito anos, em processo ou não de adoção, com ou sem família direta ou estendida. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla o atendimento, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. O presente artigo busca, através do aporte teórico, caracterizar a ambiência do habitar doméstico e refletir seus possíveis rebatimentos sobre a situação do acolhimento institucional. Compreende-se os significados da palavra habitar, transcendendo o pragmatismo formal e utilitário, dividindo-o hierarquicamente

como: abrigo, casa e lar. O abrigo é entendido como proteção. A casa assume o conceito de abrigo e as relações simbólicas no ambiente construído. O lar é o conjunto dos dois conceitos citados, junto às relações interpessoais. Os rebatimentos teóricos com a realidade reforçam que o modelo atual se aproxima do abrigo, mas deveria tornar-se uma casa, como lugar de apego e intimidade protegida, carregado de significados e lembranças - capaz de tornar-se um instrumento positivo ao desenvolvimento humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** ambiência; habitar; abrigos institucionais; criança; adolescente

**ABSTRACT:** The adoption of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and of Law No. 12,010 modified the assistance framework in Brazil, creating forms of care such as institutional reception. The model does not isolate and safeguard health, education and housing; assists both sexes between zero and eighteen, in process or not of adoption, with or without direct or extended family. The process should be transitional, but it takes months or years. The legislation controls the service, however it is generalist about the built environment. The present article seeks, through the theoretical contribution, to characterize the ambience of the domestic dwelling and to reflect its possible rebuttals about the situation of the institutional

reception. It is understood the meanings of the word to dwell, transcending formal and utilitarian pragmatism, dividing it hierarchically as shelter, home and home. The shelter is understood as protection. The house takes on the concept of shelter and symbolic relationships in the built environment. The home is the set of two concepts cited, along with interpersonal relations. The theoretical refutations with reality reinforce that the current model approaches the shelter, but should become a home, as a place of attachment and protected intimacy, full of meanings and memories - capable of becoming a positive tool for human development.

**KEYWORDS:** ambience; habitat; institutional shelters; child; teenager

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da história social brasileira, a infância e a adolescência foram assistidas com princípios baseados no assistencialismo religioso ou na vigilância e repressão. O processo para mudar esse contexto nasceu no final do século passado, culminando com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010 de 2009. Ambas redefiniram a forma e o local de atendimento. As grandes instituições foram descartadas e criaram-se várias modalidades de assistência, a partir dos critérios que levam à institucionalização, conforme o artigo 90 do ECA (BRASIL, 1990). Entre os modelos para as crianças e os adolescentes em situação de risco social ou físico e que devem ser afastadas da família, está o acolhimento institucional que oferece moradia provisória, através das modalidades: casa de passagem, abrigo institucional, casa lar e república (BRASIL, 1990).

Dentro das modalidades de acolhimento institucional, o abrigo institucional corresponde ao maior percentual de instituições no cenário brasileiro. Nele, uma única estrutura atende até vinte crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo ou não de adoção, com ou sem família próxima ou estendida. Não há reclusão e salvaguarda-se o direito à saúde, educação, moradia e alimentação.

O parágrafo segundo do artigo 19 reconhece que a medida de acolhimento institucional é provisória e excepcional, em quaisquer de suas modalidades. Contudo, a realidade da institucionalização no Brasil, não costuma ser temporária, mesmo com os esforços legais para que isso não ocorra, variando de meses a anos, segundo as últimas pesquisas oficiais realizadas em 2013 (DE ASSIS; FARIAS, 2013). Os motivos para o acolhimento e a permanência prolongada são variados, mas se relacionam ao quadro de vulnerabilidade social.

A própria legislação brasileira já percebeu a necessidade de mudança no quadro de instituições para crianças e adolescentes. A denominação trocou de orfanato para abrigo (BRASIL, 1990); e atualmente, acolhimento institucional e dentro dela, definiu-se a modalidade de abrigo institucional (BRASIL, 2009). Todavia, é preciso investigar quanto isso refletiu em alterações concretas nas diferentes esferas que compõem o

quadro, entre elas a Arquitetura. Há na instituição a possibilidade de ser um sistema de comunicação de abrigo, casa ou ainda lar, compreendendo que existam entre essas palavras diferentes graduações do habitar. Cada uma dessas palavras comunica um valor de cultura, que será interiorizado, por exemplo: “a criança do abrigo”; “a minha casa”; “o meu lar”. Todas essas são expressões carregadas de simbologias e estruturantes no desenvolvimento e formação do ser humano.

Para alcançar tal compreensão do acolhimento institucional, uma das visões é estudar o espaço a partir da ambiência, compreendendo-a como uma qualidade concreta da arquitetura, que se configura como o conjunto de fatores necessários para tomar um ambiente agradável com aspectos relacionados à cultura (materiais, cores, formas, texturas, etc.), e outros fisiológicos, inerentes à condição humana (térmica, lumínica, acústica e antropométrica) (ALMEIDA, 1995).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é o de explicitar e discutir, por meio de revisão de literatura, os principais aportes sobre a ambiência do habitar e seus rebatimentos no acolhimento institucional. Valorizar o ambiente construído traz a luz o entendimento que o mesmo é estruturado por atributos quantitativos e qualitativos. Afinal é espaço de vida, fruto do comportamento humano e resultado de uma série de padrões e normas sociais que, por consequência, influenciarão as atividades ali realizadas.

## 2 | NOTAS TEÓRICAS SOBRE A AMBIÊNCIA

A Arquitetura é a arte de projetar e edificar espaços abertos ou fechados, públicos ou privados; em busca do bem-estar, conforto e segurança. Além de sua função primordial de abrigar, os espaços criados expressam e geram sensações aos seus usuários.

O ambiente onde estamos inseridos, seja ele construído ou não, emite estímulos que podem nos agradar ou desagradar, gerando sensação de desconforto se houver grande disparidade com os limites do nosso corpo. Além disso, a bagagem cultural do indivíduo determinará o que lhe é agradável ou não, pois as escolhas dependem da história de cada um (BESTETTI, 2014, p. 602).

Nesse sentido, o espaço arquitetônico é criado através de um processo de diferenciação e qualificação dos lugares (NORBERG-SCHULZ, 1985). O conjunto de qualidades que fazem de um lugar, por exemplo, privado, constitui a ambiência desse domínio. Pode-se então dizer, que a ambiência é revelada no processo de apropriação humana do espaço arquitetônico envolvendo a interação recíproca entre ambos, na qual cada homem age no sentido de moldá-lo segundo suas necessidades e desejos; enquanto o ambiente construído torna-se receptivo. Essa influência mútua entre homem/ambiente construído é a razão pela qual se encontra ou não a identidade onde se vive (MALARD, 1992).

O termo ambiência tem origem do francês “*ambiance*” e pode ser traduzido como

meio ambiente. Este é composto pelo conjunto de fatores do meio material onde se vive, e também imaterial. Segundo Malard (1992), a ambiência ocorre na relação das pessoas com os objetos funcionais e também, se encontra nas condições de conforto do ambiente construído. Completa essa definição Augoyard (2007-2008),

A Ambiência é o fundo do sensível porque ela associa o ser que percebe com o objeto percebido. Uma ambiência nasce do encontro entre as propriedades físicas circundantes, minha corporeidade com sua capacidade de sentir, se mover e uma tonalidade afetiva.

Thibaud (2004, p. 354-356) corrobora,

O sujeito perceptivo está envolto no mundo que ele percebe. A ambiência cria uma forma de tensão no corpo, despertando nossa capacidade de agir. [...] A ambiência afeta nossa conduta e nosso estado corporal. [...] não é apenas sentida. Ela também afeta o movimento. Em outras palavras, a sensibilidade e a mobilidade são duas faces indissociáveis do mesmo fenômeno, sem ser possível conferir primazia de uma sobre a outra.

Cada ambiente construído é formado, cotidianamente, por uma ambiência própria, dada por muitos fatores visíveis (materiais) e invisíveis (imateriais) que definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local ou o percorrem (ELALI, 2002). Ela é composta por aspectos físicos, culturais, sociais, de uso e de temporalidade, utilizando-se valores como forma, escala, função, cor, textura, ventilação, temperatura, iluminação e sonoridade (THIBAUD, 2004). Cada um desses atributos compõe o espaço dimensionado e funcional, resultando no ambiente construído e determinando o nível de bem-estar de seus ocupantes. Há, porém, valores que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente (BESTETTI, 2014). A ambiência seria, então, o fenômeno que resulta do conjunto de todas as qualidades do ambiente construído, conforme apresenta a figura 01.



Figura 01 - Resumo do conjunto de fatores da ambiência

Fonte: SAVI, 2014.

Nessa visão, as características espaciais que influenciam o comportamento das pessoas não são de análise meramente cartesiana, a partir de condicionantes

físicas do ambiente construído (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2010). A ambiência é o que possibilita esse processo comunicativo de identidade e pressupõe o espaço arquitetônico como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores.

Conseqüentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo. Afinal, ela funciona como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários em uma dada situação (PINHEIRO, 2004). Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) tratava do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo. “A noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de “*embodiment*” para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora” (THIBAUD, 2004, p. 146). O conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana, e Filosofia. Todas tratam o espaço reconhecido como lugar, e os fatores para esse reconhecimento como materiais e imateriais, ambos componentes da ambiência.

O estudo da ambiência torna-se, assim, imprescindível para a validação dos discursos pautados na experiência sensível com os ambientes construídos e na produção de projetos igualmente vinculados ao valor humano. As ambiências representam o ambiente arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas – que por sua vez constroem um processo dinâmico de interpretação dos espaços (DUARTE; PINHEIRO, 2013).

Os ambientes construídos bem projetados, segundo Trancik e Evans (1995), podem aumentar a competência dos usuários na apropriação ambiental, permitindo que façam uso das suas capacidades, ao mesmo tempo em que são estimulados a desenvolver habilidades mais complexas, além do nível de desenvolvimento em que estejam. Para uniformizar os estudos das interações espaciais entre as pessoas, quatro reguladores espaciais são destaques: a privacidade, a territorialidade, a aglomeração e o espaço pessoal.

A privacidade é definida como o controle seletivo de acesso a si mesmo ou a um grupo, através da regulação dos níveis de interação social e informação oferecidas aos outros, representando o equilíbrio entre ficar isolado e tornar-se acessível. Como confronto entre aproximação e afastamento, o equilíbrio permite que a pessoa não se sinta nem violada, nem ignorada (ALTMAN *et al.*, 1980) (Figura 02). Quando a privacidade é regulada através do ambiente construído, há recursos mediadores em forma de barreira natural ou não (e.g. o braço do passageiro na poltrona do ônibus marcando o limite do lugar, a toalha na praia).



Figura 02 - Representação gráfica do conceito de privacidade.

Fonte: SAVI, 2018.

Registra-se que o número excessivo de pessoas desperta a necessidade de regulamentos sociais que tornem possível a intimidade. Esta, segundo Westing (*apud* Vidal; Valera, 1991) deseja ser alcançada nos seguintes níveis: solidão que corresponde a estar só, na situação em que os outros não têm como saber o que se faz ou diz; isolamento que sugere afastamento intencional do contato com outras pessoas; anonimato quando permanece num contexto social, sem ser identificado; reserva que prevê o controle das informações pessoais durante uma interação; e intimidade onde se está só, mas com um grupo afetivo (e.g. família, amigos e companheiro). Estas dimensões podem ser agrupadas em níveis de controle em que: solidão, isolamento e intimidade são utilizados para regular as interações sociais; e o anonimato e a reserva, para controlar as informações transmitidas.

Para alcançar privacidade, é necessário a clareza de territórios. Esses, por sua vez, são limites e controles entre a pessoa e o ambiente construído, com eles se determinam a identidade e até mesmo, no âmbito psicológico, o papel individual no mundo (Figura 03). Gifford (1997) define a territorialidade como um padrão de conduta associado à ocupação de um lugar ou área geográfica por um indivíduo ou grupo, que resulta na sua personalização e defesa contra invasores e completa:

[...] conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou ideia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação (GIFFORD, 1997, p. 120).

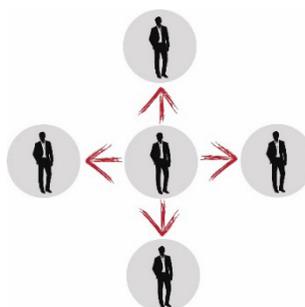


Figura 03 - Representação gráfica do conceito de territorialidade.

Fonte: SAVI, 2018.

Altman *et al.* (1980) classificou os territórios como: primários que demarcam claramente uma área pertencente a uma pessoa ou grupo primário, possuindo forte importância psicológica para seus ocupantes porque são considerados uma extensão do “eu”; territórios secundários sendo a ocupação não exclusiva, compartilhada com estranhos, e possuindo menor significado para os ocupantes; territórios públicos como as áreas de acesso livre a todos, com restrição apenas de condutas antissociais ou discriminatórias; territórios interacionais sendo controlados temporariamente, por grupos de pessoas que interagem entre si; e o território corporal correspondente ao limite do corpo. Ressalva-se, que o território formado por objetos e ideias não é identificado pelo autor, mas tem importância uma vez que se baseia em processos cognitivos da relação com o mundo. O ser humano utiliza tais territórios para interação com o mundo. A reação contra a intrusão de qualquer um deles é de defesa, e foi classificada em três tipos por Gifford (1997): invasão, violação e contaminação. A forma e o grau dessa intrusão, dependem do que e de quem invadiu o território. Para limitar tal ação, Gifford (1997) afirma que o homem define duas estratégias: prevenção e reação.

Outro regulador espacial é a aglomeração, que se refere às situações “[...] na qual a quantidade de espaço aparenta ser inferior à necessária pelo indivíduo, o que envolve a sensação de “sentir-se observado” (quer isso seja real ou não) (ELALI, 2002, p. 33)”. Registra-se que esse regulador espacial é subjetivo e individual, contrário à densidade física. Elali (2002, p. 33) completa:

[...] se a situação for encarada de modo pessoal e acontecer em um local considerado importante para o(s) envolvido(s), a aglomeração será percebida como mais intensa e incômoda, do que se a situação semelhante ocorrer em local de menor importância.

Um alto grau de intrusão ocasionado pela aglomeração pode fazer com que o espaço pessoal desapareça. Essa atitude pode provocar o distanciamento ou afastamento psicológico da situação, fazendo com que as pessoas encarem umas às outras como “não pessoas”, sem humanidade nem direitos de território (SOMMER, 1973).

O último regulador espacial considerado é o espaço pessoal, definido como: “[...] uma área com limites invisíveis que cerca o corpo da pessoa, e na qual, estranhos não podem entrar” (SOMMER, 1973, p. 33) e que não possui alcances claramente definidos, porque seu tamanho varia de acordo com a cultura na qual a pessoa está inserida (Figura 04). Não é estável e nem de fácil mensuração (SOMMER, 1973), mas é vital para a percepção da individualidade, porque estabelece a área de limites invisíveis que cerca o corpo de cada pessoa. Os ajustes ocorrem em razão de características individuais (personalidade, estado de espírito, idade), regras sociais e ambientes construídos que se ocupa (por exemplo a permanência num elevador pressupõe que o espaço pessoal se altere, comparado a permanência no sofá de casa). Caso haja avanços e sobreposições desse regulador espacial, é comum a

sensação de ansiedade e esgotamento, quando tal situação não é prevista e nem pretendida. Esse limite, em geral, só desaparece com a intimidade desejada.



Figura 04 - Representação gráfica do conceito de espaço pessoal.

Fonte: SAVI, 2018.

Os reguladores espaciais permitem adaptar-se ao ambiente construído, com uso da resiliência que faz referência à capacidade do ser humano de responder positivamente às situações adversas que enfrenta. Walsh (1998) utiliza resiliência como uma contraposição à ideia de que os sujeitos ao crescerem em ambientes adversos estão fadados a se tornarem adultos com problemas. Rutter (1987) completa que a resiliência seria resultante da interação entre fatores genéticos e ambientais, os quais oscilam em sua função, podendo atuar como proteção em certos momentos e em outros, como fator de risco.

O reconhecimento dos atributos “objetivos e subjetivos” (OKAMOTO, 2002) da ambiência permite que o indivíduo se considere pertencente e identificado com os pares e especialmente, com o ambiente construído. Malard (1992) considera a identidade na Arquitetura como o conjunto das qualidades, crenças e ideias que fazem com que uma pessoa se sinta pertencente a um grupo social e se reconheça como indivíduo no ambiente construído em que vive, envolvendo um domínio mais pessoal, ligado à afirmação e comunicação de símbolos ao meio externo.

### 3 | NOTAS TEÓRICAS SOBRE O HABITAR DOMÉSTICO

Habitar é compreendido por representações objetivas a partir do objeto e da ação, conforme define Norberg-Schulz (1985, p. 12) é “[...] ter um teto sobre nossas cabeças e um certo número de metros quadrados à nossa disposição”; e também, através de representações subjetivas como refletiu Martin Heidegger (2002): “seria o aspecto fundamental da habitação, enquanto permanência humana *entre* o céu e a terra, *entre* o nascimento e a morte, *entre* a alegria e a dor, *entre* a obra e a palavra [grifo da autora]”. A palavra “entre” é considerada de caráter multiforme, rica em transformações. A aproximação com as palavras: cuidado e preservação é reiterada por Heidegger (2002). O autor afirma que o verdadeiro cuidar consiste em não prejudicar o que é cuidado, resguardando sua essência e buscando o “estado de paz”. Considera também, que ao construir a habitação, há a ação de cuidar e de “levantar edificações”,

sendo ambas formadoras do que se entende por habitar - “estar sobre a Terra”. O habitar é constituído ainda, de “orientação” e “identificação” em relação ao meio. A ação acontece quando se sabe onde está e como está, quando há a experimentação em todos os significados (HEIDEGGER, 2002).

Sob uma perspectiva holística, o ambiente construído e a sua apropriação acontecem através de atributos “objetivos e subjetivos” (OKAMOTO, 2002); e o significado da palavra habitar dessa maneira, transcende o pragmatismo formal e utilitário de “ocupar”. Sabe-se que o habitar surge com a própria existência humana. Afinal anterior à Arquitetura, habita-se o mundo e o próprio corpo. Por sua vez, o ambiente construído é uma resposta humana a essa necessidade e para a Arquitetura, é o próprio sentido de existência (FELIPPE, 2010). O habitar doméstico responde então, às necessidades físicas e psicossociais e pode ser dividido hierarquicamente como: abrigo, casa e lar (Figura 05).



Figura 05 - Resumo da hierarquia do habitar.

Fonte: SAVI, 2018.

O primeiro ambiente construído é o abrigo. A cabana talvez seja a primeira imagem da habitação atribuída aos povos primitivos. É possível observar o princípio essencial de amparo, produzido pela necessidade de domesticar o ambiente natural. Independente das variações existentes, o abrigo ainda, responde ao contexto de proteção (RAPOPORT, 1976). Ressalve-se que a sua construção nem sempre foi feita com elementos construídos. Algumas vezes, existiram barreiras invisíveis para as quais havia certas regras de passagem.

Com o estabelecimento da vida em sociedade, os homens precisaram de espaços para se encontrarem, partilharem a comida e possuírem como território privado. Surge, o conceito da casa, onde as relações espaciais e sociais estão ordenadas. A casa registra-se, não é apenas uma estrutura material, mas um fenômeno cultural, onde a forma e a organização são influenciadas largamente, pelos contextos aos quais

pertence (RAPOPORT, 1976). Norberg-Schulz (1985) classifica o ato de habitar uma casa como uma atividade que implica numa relação de significados identificados e por isso, de pertencimento entre o ser humano e um determinado meio. Para o autor, habitar tem como propriedade “[...] a insolúvel unidade entre vida e lugar” (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 13).

Dentro da hierarquia do habitar, viver numa casa constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano. “Estar em casa” significa dispor de um espaço que, por um lado, se pode assinalar com uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito (FISCHER, 1994). Heidegger (2002) afirma que: na privacidade desse ambiente físico recortado do exterior, cada pessoa se recolhe para se preservar e desenvolver.

A expressão “minha casa” possui duas vertentes principais: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. Dessa maneira, toda casa é, antes de tudo, um abrigo no interior do qual o indivíduo se sente protegido. A casa representa uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (FISCHER, 1994). Ressalva-se que não existem apenas valores positivos ligados ao habitar doméstico e acerca disso, Berman (2007, p. 33) afirma que há sempre no ser humano a tentativa desesperada e heroica para que essa vida privada – “[...] infinitamente bela e festiva, mas também infinitamente frágil e precária – seja preservada; ainda que a tentativa possa vir a falhar”.

Compreende-se o conceito de habitar como amplo quanto à própria existência humana, em razão dos contextos culturais que nele se inserem e que por vezes, enriquecem-no e noutras, oprimem-no. Abrigar é a necessidade básica alcançada através de uma gama de escolhas limitadas por fatores físicos, psicológicos e culturais (RAPOPORT, 1976). A casa é um objeto geométrico, visível e tangível, mas com os inúmeros refúgios que permitem lembranças e vivências humanas. É formada de vários abrigos, encaixados uns nos outros e nessa interação dinâmica com o homem, o espaço habitado transcende o geométrico, o abrigo torna-se casa e dessa maneira, acontece o habitar doméstico.

A casa torna-se um lar quando há relações interpessoais, com identidade e apego, intimidade protegida e uma série de significados e lembranças, em que os usuários se preocupam uns com os outros. Torna-se um espaço fechado e humanizado, dotado de valores e sentimentos. A palavra lar corresponde a uma corruptela de lareira, que para o homem primitivo era elemento inseparável da habitação e permitia a reunião dos integrantes do clã familiar. O lar é, portanto, uma condição complexa que integra memórias construídas, rituais e rotinas.

Dessa maneira, se a casa é uma pele que permite dissociar-se do exterior; o lar é uma pele coletiva, cujo foco é a integração pessoal, familiar e que nessa pesquisa, não será abordado por entender que laços familiares, de origem ou construídos, não

podem ser garantidos num abrigo institucional, mesmo que haja relações interpessoais saudáveis; e também, estão além dos alcances da Arquitetura.

A casa, enquanto lugar de apego, intimidade protegida, carregada de significados e lembranças, é capaz de confortar o homem. É um lugar onde a hierarquia dos espaços corresponde às necessidades; onde uns se preocupam com os outros; um espaço fechado e humanizado, dotado de valores e sentimentos.

#### 4 | BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo o último levantamento oficial sobre o serviço de acolhimento institucional realizado no Brasil em 2013, a modalidade possui pouco mais de 52 mil vagas com distribuição irregular no território nacional. A região Sudeste concentra 54% das unidades. Na região Nordeste, há 10,1% dos serviços e no Sul, 25,3%. O Centro-Oeste e Norte, respectivamente, 6,9% e 3,7%. Considerando o porte dos municípios, 30,9% das instituições situam-se nas cidades de pequeno porte, 33,1% de grande porte e 23,9% em metrópoles e 12,1% de médio porte (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Em relação à natureza institucional dos serviços, 41,9% são governamentais e 58,1% não governamentais (DE ASSIS; FARIAS, 2013). É possível afirmar que o elevado número de entidades não governamentais, seja reflexo do histórico brasileiro de institucionalização através da caridade. A orientação religiosa é comum nessas entidades. A mais mencionada é a católica (41,9%), seguida pela evangélica (28,1%), ecumênica (21,3%) e de orientação espírita (8,7%) (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Desde a promulgação do ECA preconiza-se o atendimento personalizado e em pequenos grupos mistos. Do total pesquisado, 77,8% oferecem atendimento misto. Outros 22,2% mantêm critérios restritivos ao acolhimento de acordo com o sexo. Verifica-se que 29,9% não atendem crianças e adolescentes com transtornos mentais. Em relação a outros tipos de especificidades, 78% atendem crianças e adolescentes em situação de rua, 61,7% com deficiência física e 55,3% com doenças infectocontagiosas (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Quanto à localização, as unidades, em sua grande maioria, estão em área urbana (90,7%). Relacionado à salubridade, 98,3% das unidades possuem água encanada, 89% estão ligadas à rede de esgoto, 99,6% têm acesso à energia elétrica e 97,1% possuem coleta regular de lixo. Quanto aos espaços físicos das unidades, há, em média, 4,2 pessoas por dormitórios e 3,5 banheiros por pessoa. Quanto à utilização de algum critério para separação dos internos nos dormitórios, 69,9% fazem divisão por sexo; 44% por idade; 5,2% segundo a presença de deficiência e 17,9% por grupos de irmãos. A existência de armários individualizados para as crianças guardarem seus pertences foi observada em pouco mais da metade das unidades (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Após este resumo numérico, pode-se descrever a realidade do acolhimento

institucional existente por edificações na maioria adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de 100 metros quadrados, onde se objetiva o atendimento emergencial (saúde e alimentação). A arquitetura prioriza a ambiência coletiva para gerir os atendimentos e a organização administrativa. A alimentação, manutenção do vestuário e outras atividades cotidianas são, muitas vezes, realizadas fora da instituição, com recebimento de refeições prontas, por exemplo. Nas áreas íntimas, os quartos são coletivos, nos quais cada criança identifica apenas a sua cama. Os banheiros geralmente, únicos, são organizados por horários para atenderem a todos. As áreas sociais são o espaço com maior dimensão e utilizados para atividades de brincar, estudar e receber visitantes. Dessa maneira, é comum a ambiência das áreas sociais com muitos brinquedos e outras características do universo infantil, na tentativa de apresentar aos visitantes um ambiente em que vivem crianças e que ali é permitido vivenciar-se o lúdico. No mais, os internos possuem pouca identidade com o ambiente, porque ao contrário de um outro habitar doméstico, não é permitido acesso em alguns ambientes (especialmente serviço e inclusive, na cozinha). Neste tipo de arranjo os internos, pouco participam da rotina doméstica. Em síntese, é possível contrapor os elementos da ambiência encontrada no acolhimento institucional brasileiro com os do habitar doméstico e constatar os contrastes, como apresenta o quadro 01.

<b>AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL</b>	<b>AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO</b>
Ambiente grande e frio;	Ambiente familiar e aconchegante;
Coletivo e massificante;	Individualizado e personalizado;
Horários estabelecidos e majoritariamente rígidos;	Horários flexíveis;
Vestuário geralmente, coletivo;	Vestuário individualizado e apropriado;
Com pouco direito a escolhas e gostos;	Respeito aos gostos e escolhas;
Casos de atraso no desenvolvimento biopsicomotor e Saúde fragilizada	Desenvolvimento adequado;
Dificuldade de ganhar peso;	Aumento de peso;
Linguagem reduzida;	Aumento do vocabulário;
Dificuldade de compreender acontecimentos comuns do cotidiano.	Riqueza nas experiências do cotidiano.

Quadro 01: Representação das diferenças no atendimento institucional e do ambiente familiar.

Fonte: adaptação de Carreirão (2004, p. 319).

Nessa visão, a presença de fatores de ambiência que se distanciam do habitar doméstico fazem com que os próprios objetivos institucionais não sejam alcançados, no que tange servir de moradia provisória (ou não) às crianças e adolescentes. Assim, pela carência de fatores de ambiência do habitar doméstico, vínculos afetivos e atenção emocional, as crianças e os adolescentes acabam por apresentar: passividade ou relação conflituosa com as pessoas e o ambiente em que convivem; além de deficiências cognitivas, problemas de integração sensorial, dificuldade em processar

a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizado.

## 5 | REBATIMENTOS TEÓRICOS SOBRE A REALIDADE

Na ambiência do habitar doméstico é possível caracterizar os seguintes fatores: a proteção do abrigo; a casa como modelo cultural; e o lar como a reunião dos conceitos anteriores em conjunto com as relações interpessoais da família. Estes conceitos são sobrepostos e compõem o sentido maior da habitação. Em cada um deles, a ambiência tem um objetivo: de salvaguardar a sobrevivência no abrigo, a vivência na casa e a convivência no lar.

Para permitir tal cenário, dois regulares espaciais: privacidade e territorialidade são fundamentais. Todavia, nos abrigos institucionais, a privacidade é potencialmente prejudicada quando não é permitido o fechamento das portas e o isolamento, ou quando há horários coletivos para higiene. A territorialidade como importante facilitador de ligação com o lugar para estabelecer sentimentos de apego, segurança e pertencimento, nos ambientes institucionais, é limitada, especialmente nos territórios primários e secundários. Almeida (1995) ainda registra que nos abrigos institucionais são diretamente envolvidos nas demarcações estereotipadas: os muros limítrofes, as grades, os portões e as cercas. Sobre o assunto, Sommer (1973, p. 17) destaca: “[...] tanto o comportamento de domínio quanto o de territorialidade são formas de manter uma ordem social”.

Acerca da aglomeração, outro regulador especial, destaca-se que nos ambientes institucionais, as lotações acima do limite revelam-se preocupantes, porque podem resultar em despersonalização, aumentando a agressividade e as reações provenientes da negligência precoce. Sommer (1973, p. 44) afirma ainda:

Num grupo confinado verificou uma hierarquia de domínio relativamente direta, baseada em encontros de agressão-fuga entre indivíduos. Entre os atos agressivos incluiu gestos ameaçadores [...] resmungos e levantamento de mão. Entre os comportamentos de fuga incluiu afastamento, desvios de olhar, olhos fechados, abaixar o queixo para o peito, arqueamento e movimentos de abaixar-se. [...] isso poderia ser percebido por algum sinal manifesto de tensão.

Ao observar o quadro do acolhimento institucional brasileiro, é possível identificar que a legislação e as práticas caracterizam a instituição como um abrigo. Essa postura repete (mesmo que involuntariamente) a história de assistencialismo brasileiro, que isolou a realidade incomoda da sociedade. O acolhimento institucional caracterizado como abrigo prepara o indivíduo para sobreviver à crise, entendendo-a como provisória. Contudo, os dados comprovam que não há transitoriedade na maioria das histórias, e mesmo se existisse o período da institucionalização não pode ser uma lacuna no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

O ideal seria que o acolhimento institucional tivesse o ambiente construído

pensado com a ambiência de uma casa, e espaços que permitissem a vivência, o acúmulo de experiências tão necessárias para o crescimento e desenvolvimento humano de qualidade. Acredita-se ainda, que as instituições dificilmente podem alcançar a caracterização de lar, visto que depende de relações interpessoais mais complexas.

Na ambiência de uma casa, por exemplo, seria importante que as crianças e os adolescentes identificassem os usos e as possibilidades do ambiente construído, inclusive definindo seus lugares preferidos, por exemplo: o lugar a mesa, e participando do cotidiano doméstico. As crianças possuem pouca necessidade de privacidade, mas com o crescimento as necessidades aumentam, tanto que a maneira mais comum de permanecer num ambiente, em especial o quarto, é com a porta fechada. Nos quartos compartilhados, realidade comum no acolhimento institucional, isso não é possível ou pouco viável. É importante então, que outras características sejam enfatizadas para amenizar a falta de privacidade, tais como: a personalização do ambiente.

Para efetivar o abrigo institucional como uma casa substituta (ou provisória, seja qual for a denominação preferida) é preciso o entendimento do ambiente construído a partir de elementos visíveis (materiais) e invisíveis (imateriais) que definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local, como apresentaram os estudos de Elali (2009), Heidegger (2002), Okamoto (2002), Fischer (1994) e outros autores.

Nos estudos relacionados à qualidade dos ambientes construídos de Almeida (1995) e Malard (1992), notou-se a importância de oferecer aos usuários maneiras de interação positiva. Por conseguinte, é importante lembrar que as diretrizes se fundamentam nos conceitos de ambiência do habitar doméstico, que retomam o sentido de abrigo e fundamentalmente, de casa, ao permitir o uso e a apropriação, fazendo com que haja sentido de pertencimento e identidade – e por fim, o sentimento de acolhimento. Os conceitos de privacidade e territorialidade que permeiam as diretrizes visam materializar o conceito legal de acolhimento. Registra-se, contudo, que jamais vão substituir uma família e um lar, mas serão sim uma casa (provisória ou não), na acepção do entendimento apresentado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maristela Moraes de. **Análise das interações entre o homem e o ambiente**: estudo de caso em agência bancária. 1995. VIII, 126 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

ALTMAN, Irwin; RAPOPORT, Amos; WOHLWILL, Joachim F (Eds.). **Environment and culture**. New York: Plenum, 1980. 351 p.

AUGOYARD, Jean-François. **La construction des atmosphères quotidiennes**: l'ordinaire de la culture. In: CULTURE ET RECHERCHE n° 114-115, 2007-2008. 72 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 465 p.

BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. **Ambiência**: espaço físico e comportamento. 2014. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, 2014; 17(3): 601-610 pp.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. **Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária**. 2004. In: ENID ROCHA Andrade da Silva (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Ed. IPEA/ CONANDA, 2004. p. 303-323.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. **O Acesso Para Todos À Cultura E Aos Museus Do Rio De Janeiro**. In: Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, pp. 236-255. 2010.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p.

DUARTE, Cristiane Rose de S; PINHEIRO, Ethel. **Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto**. In: Anais do 6 Projotar. O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, nov. 2013.

ELALI, Gleice Azambuja. **Ambientes para educação infantil**: um quebra-cabeça? Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. 2002. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FELIPPE, Maira Longhinotti. **Casa**: uma poética da terceira pele. 2010. In: Psicologia & Sociedade, Volume 22(2), 299-308 p, 2010.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology**: principles and practice. 4. ed. Boston: Optimal Books, 1997. 440 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2002. 598 p.

MALARD, Maria Lucia. **Brasilian Low Cost Housing**: interactions and conflicts between residents and dwellings. Tese de doutorado apresentada ao Department of Architectural Studies: University of Sheffield, 1992.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **The Concept of Dwelling**: On the Way to Figurative Architecture. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2002. 261 p.

PINHEIRO, Ethel. **A Cidade no Fragmento**: lugar e poiesis no Largo da Carioca. Dissertação de

Mestrado. Rio de Janeiro: Proarq/FAU/UFRJ, 2004.

RAPOPORT, Amos (org.). **The Mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective.** The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

RUTTER, Michael. **Psychosocial resilience and protective mechanisms.** 1987. In: American Journal of Orthopsychiatry, 57(3), p. 316-331. 1987.

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da Arquitetura sobre o Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

\_\_\_\_\_. **HABITAR TRANSITÓRIO:** a ambiência definindo abrigo, casa ou lar em instituições para crianças e adolescentes. 2015. In: Anais Forum Habitar. Belo Horizonte. 2015.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal:** as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. 220 p.

THIBAUD, Jean-Paul. **O Ambiente Sensorial das Cidades:** Para uma abordagem de ambiências urbanas. In: Tassara, E. T. O; Rabinovich, E.P.; Guedes, M. C. (Eds.) Psicologia e Ambiente. São Paulo: Educ. 2004.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. **Spaces Fit for Children:** Competency in the Design of Daycare Center Environments. 1995. In: Children's Environments. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.

VIDAL, Tomeu; VALERA, Sergi. **Privacidad y territorialidad.** 1991. In: Psicologia Ambiental. p. 123-148. 1991.

WALSH, Froma. **Strengthening family resilience.** New York: The Guilford. 1998. 384 p.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**ANNA PAULA LOMBARDI** Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-147-3

